

Os Eixos Estruturantes, por sua vez, são o que efetivamente delineiam o rumo que conduzirá ao destino final previsto pela Visão de Futuro, pois, como ensinam os velhos marinheiros: “(...) só pode haver ventos à feição, quando se sabe o rumo a aproar”. Esses eixos, ao buscarmos amarar o CFN, apontam, em última análise, para a valorização da consciência de nossa maritimidade e do entorno estratégico nacional, assim como para o resgate de nossas vocações.

Creio que tenha sido isto o que o bom marinheiro quis dizer: os ventos futuros do CFN estarão à feição, os Eixos Estruturantes do Corpo de Fuzileiros Navais são o rumo a aproar.

Referências

BRASIL. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 01 de jul. de 2005b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 25 mar. 2011.

_____. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2008. Seção 1, p. 4.

FERREIRA, Renato Rangel. Amazônia Azul: Espaço de Batalha para os Combatentes Anfíbios. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, nº 23, ano XXIV, p. 95-104. 2004.

_____. A Amazônia Azul e o Atlântico Sul e Tropical. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, p. 127-139, abr./jun. 2010.

_____. Conceitos Doutrinários de Projeção Anfíbia e Escalão Avançado da Força de Emprego Rápido. In: MOMENTO DOUTRINÁRIO DA FORÇA DE FUZILEIROS DA ESQUADRA, 2012. Rio de Janeiro: Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra, 09 dez. 2012.

GAVIÃO, Luiz Octávio. As Operações Anfíbias no Século XXI. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, p. 155-179, jan./mar. 2010.

MONTEIRO, Alvaro Augusto Dias. A próxima singradura. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, ano XXIX, p. 9-68, out. 2010a. Edição extra.

_____. Ordem do Dia nº 1/2010, de 07 de março de 2010. 202º Aniversário do Corpo de Fuzileiros Navais. **Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais**, Rio de Janeiro, 2010b.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985



CC (FN) Renato Heil França
franca@ciasc.mar.mil.br

Operações Anfíbias: a vocação do passado se consolida como eixo estruturante do futuro

Introdução

Com a finalidade de guiar o preparo e o emprego do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), estão previstos na revisão do manual *CGCFN-0-1* os seus três Eixos Estruturantes, que são: Guerra de Manobra (GM), Operação Anfíbia (OpAnf) e Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). Eles foram idealizados como interdependentes e complementares, devendo direcionar o desenvolvimento da doutrina, material e recursos humanos (BRASIL, 2013).

Este artigo tem a intenção de mostrar a luta pela sobrevivência das Operações Anfíbias na história, situar o seu enquadramento no CFN da atualidade e estimar qual será a sua importância para o futuro da Força, além de comentar seu relacionamento com a GM e os GptOpFuzNav e, finalmente, concluir acerca da escolha de OpAnf como eixo estruturante.

Passado

Para entendermos o que significam as OpAnf para o CFN, devemos recorrer a uma rápida viagem pelos principais momentos históricos vividos pelo Corpo. Confundindo-se com a própria criação da Brigada Real da Marinha, o desembarque em Caiena contribuiu decisivamente para o fim das ambições geopolíticas francesas da época sobre a calha Norte do Rio Amazonas e demonstrou para que o CFN foi vocacionado originalmente.

Em termos mundiais, com base na evolução tecnológica e nos próprios resultados obtidos em episódios marcantes do século XX, tal tipo de operação dividiu a opinião de analistas militares. Durante a Primeira Guerra Mundial (I GM) e após a Segunda (II GM), a OpAnf foi chamada de obsoleta, impossível de ser realizada e descartável. Entretanto, por ocasião da II GM e, mais tarde, durante a Guerra da Coreia, foi caracterizada como impossível de ser impedida e de grande efeito estratégico (RODRIGUES, 2011).

Até mesmo o *United States Marine Corps*¹ (USMC), maior Força Anfíbia do planeta, que teve papel relevante na Reconquista do Pacífico durante a II GM, teve a sua existência ameaçada. Foi necessário um forte engajamento político por parte de alguns oficiais mais antigos e colaboradores civis junto ao Senado americano, nas décadas de 40 e 50, para salvar a permanência do USMC como Força Armada, evitando assim que fosse incorporado pelo Exército Americano (KRULAK, 1999).

Mais recentemente, apesar de novas correntes indicando que as OpAnf estariam próximas do fim, por conta da ameaça dos mísseis devido à aproximação dos meios navais, novamente, elas provaram sua importância na Guerra das Malvinas (1983) e durante a Operação Tempestade no Deserto (2003). Com a criação de novos meios e a adaptação da concepção de emprego, as OpAnf continuam sendo vitais para diversas Marinhas, tanto considerando o seu uso clássico de projeção de poder quanto as novas ameaças e a sua aplicação frente a outras necessidades.

¹ USMC: Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América.



No Brasil, após 1932, percebe-se claramente a criação gradual dos Grupamentos de Fuzileiros Navais (GptFN) regionais, sob diversas denominações, começando por Ladário e Belém até chegar à configuração atual de um GptFN por Distrito Naval, na década de oitenta. A capacidade anfíbia só começou realmente a ter grande influência para o CFN com o Regulamento de 1950, após a aquisição dos navios-transporte e Embarcações de Desembarque de Viaturas e Pessoal (EDVP). A aquisição de novos meios, as Operações Dragão, a alocação da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) para o Setor Operativo da Marinha do Brasil (MB) e a implantação do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAOCFN) foram outros marcos que impulsionaram o desenvolvimento da doutrina e da destinação do CFN como tropa anfíbia (CANTÍDIO, 1992).

Portanto, tal como no restante do mundo, a vocação anfíbia do CFN sofreu altos e baixos no século XX, compartilhando com a sua outra vocação, a de defesa das instalações navais, navios e portos, o direcionamento dos recursos e prioridades momentâneas. Graças à determinação dos Fuzileiros Navais, tropa de combatentes profissionais, como afirma o Almirante de Esquadra (FN) Luiz Carlos da Silva Cantídio na citação a seguir, a continuidade da evolução operativa culminou na atualidade com a doutrina consolidada e os meios apressados e adequados, dando à MB o núcleo do componente anfíbio que lhe confere expressivo valor estratégico (MONTEIRO, 2010).

O fundamento mais estável dessa concepção de emprego integrado, (...) repousa no fato de que não existe Fuzileiro Naval de primeira e de segunda categorias. Afinal, trata-se de uma tropa de combatentes anfíbios profissionais, com cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento homogêneos e utilizadores dos mesmos meios. (CANTÍDIO, 1992, p. 97)

Presente

Atualmente, o CFN encontra-se com dificuldades em aprestar seus meios para as técnicas de OpAnf, devido às sérias restrições nos meios navais, que o obrigam a realizar os exercícios que incluem embarque e travessia e posterior Movimento Navio-para-Terra apenas com pequenas forças, no nível Elemento Anfíbio (ElmAnf).

Também vivemos um momento de descaracterização da atividade fim, pela permanência duradoura em operações como as de Manutenção da Paz no Haiti. Certamente, reconhecemos muitas lições aprendidas nessas missões, e, por esse motivo, elas possuem importante valor e não devem deixar de ser aproveitadas.

Outra questão que tem desviado o CFN do seu foco é o emprego em operações subsidiárias, variando entre o apoio a Órgãos de Segurança Pública, seja por insuficiência dos mesmos, seja por ocasião dos grandes eventos, e Ajuda Humanitária, prestada em casos de desastres naturais.

Por último, tem-se falado sobre o emprego conjunto das Forças Armadas do país, o que poderia significar uma mistura nos papéis de cada Força, com a obrigatoriedade de estabelecimento de um Comando Conjunto. Mas tal aplicação do Poder Militar não quer dizer que todas as Forças farão de tudo, mas que elas se complementarão em suas capacidades operacionais.

Sendo assim, cabe ao CFN, no presente momento, participar de todas as atividades acima mencionadas, procurando ganhar experiência, em sintonia com a vida da nação. Porém, é mandatório que mantenha, a todo custo, o foco de seu preparo nas OpAnf, ou seja, naquilo que o caracteriza (PENHA, 2011).

Futuro

Neste século, à medida que os litorais adquirem maior importância para a humanidade, Forças Militares vão, cada vez mais, utilizar o mar para acesso a essas regiões. Tais movimentos são feitos em meios navais que são, normalmente, escassos, obrigando a uma priorização de meios, pessoal e material a serem embarcados. Para cada tipo de situação a ser enfrentada, determinados equipamentos devem ser utilizados, tal como há a demanda de certas qualificações do pessoal empregado. Portanto, o emprego de Forças Anfíbias será inevitável no futuro e, para facilitá-lo, devem ser considerados alguns cenários possíveis (MELLO, 2011).

O primeiro deles seria a realização de OpAnf no litoral de um Estado soberano, com a sua aquiescência. Tal situação pode ocorrer em porção do território que está fora do controle do governo legal, seja por causa de grupos rebeldes, seja por outros atores não estatais. Naquela região, podem, então, estar ocorrendo uma série de atividades ilegais que implicam na desestabilização da situação, provocando a necessidade de uma intervenção da comunidade internacional, até mesmo a pedido do próprio governo. Tais operações de estabilização ocorrem sob a égide da Organização das Nações Unidas ou de outro organismo multinacional; nestes casos, uma OpAnf poderia ser utilizada para inserir a Força ou, ainda, para realizar Evacuação de Não Combatentes prévia à intervenção.

Outra possibilidade seria a necessidade de uma OpAnf servir de base para uma Operação de Assistência Humanitária, ocorrida em função de longos conflitos, que estejam provocando sofrimento à população, ou de catástrofes naturais. De qualquer maneira, tal força deveria ter capacidade de se defender contra grupos hostis ou controlar a população civil, além de transportar suprimentos e prover apoio médico aos habitantes.

Nestes dois primeiros casos, a utilização do conjugado anfíbio é uma excelente solução, mesmo que a projeção de poder sobre terra aconteça de forma limitada. Para cumprir tarefas diversas em apoio a operações de guerra naval relacionadas com a prevenção de conflitos e a mitigação de crises ou, ainda, como resposta a desastres ambientais, foi inserida na minuta da nova Doutrina Básica da Marinha a Projeção Anfíbia, como a quinta modalidade de OpAnf. Ficou, então, criado o amparo doutrinário para o emprego do CFN neste largo espectro de operações militares de não guerra, que terão demanda crescente no futuro (LAGE, 2011).

Uma terceira possibilidade de emprego, menos provável, porém não menos importante, é a Projeção de Poder contra outro Estado, na forma de um conflito tradicional. Embora tal hipótese tenha parecido distante nas últimas décadas, pode tornar-se mais tangível em virtude dos rearranjos geopolíticos com a inserção da China com superpotência e da ampliação da influência dos blocos regionais e suas atuações em intervenções militares. Para tal, a força seria de dimensões bem maiores, com o emprego de todo o espectro possível de meios de Combate e Apoio ao Combate.

Seja no caso de Unidades Anfíbias (UANf) ou ElmAnf nucleados em componentes com destinação humanitária, de evacuação ou de estabilização, seja, ainda, no caso de forças mais robustas como da Brigada Anfíbia (BANf) isolada ou servindo como ponta de lança para desembarques de Forças Terrestres, visualiza-se um futuro com grandes possibilidades de utilização real de tais Forças Anfíbias. Tal emprego poderá consolidar e, ainda, fortalecer o papel do Brasil perante o concerto das nações, corroborando suas aspirações internacionais.

De certa forma, isto já está previsto na Estratégia Nacional de Defesa (END) como uma das tarefas do Poder Naval, a projeção de Poder sobre Terra, quando afirma que, para assegurar sua capacidade de projeção de poder em qualquer lugar do mundo, a Marinha possuirá meios de Fuzileiros Navais em permanente condição de pronto emprego. Tal documento conclui que o Corpo de Fuzileiros Navais consolidar-se-á como a força de caráter expedicionário por excelência (BRASIL, 2012).

Consequência do que foi mencionado, foi autorizado o aumento do efetivo do CFN em um terço, o que estará concluído em 2030. Em paralelo a isso, seguindo a linha de programas de reaparelhamento da MB, foi criado o Programa de Modernização da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro² (PROBANF), de foma a garantir

² O PROBANF é um programa considerado essencial e estratégico para a MB, especialmente para o CFN. Em consonância com o priorizado na END, o PROBANF visa à aquisição dos meios desenvolvidos e/ou produzidos pela indústria nacional, o que contribui para o aprimoramento da indústria nacional e geração de empregos no Brasil.

fluxo constante de recursos para a aquisição e renovação dos principais meios materiais de uma BANf. Tudo isso mostra que o CFN está se preparando para o provável futuro citado. De acordo com o Almirante de Esquadra Alvaro Augusto Dias Monteiro:

O estudo da END apontou a necessidade de o CFN estar pronto, precipuamente, visando contribuir para a defesa da Amazônia Azul. Nossa doutrina deve, portanto, subordinar-se a esse imperativo. Deve valer-se de nossas características e vocações consolidadas para modelar um conjunto de opções de emprego que sejam úteis para a aplicação com credibilidade do Poder Naval no Atlântico Sul. (MONTEIRO, 2010, p. 38)

Analisando o país, seu entorno estratégico e sua política externa, no contexto da citação acima, pode-se concluir que todas essas possibilidades de emprego futuro e toda a preparação que está sendo implementada no CFN estão voltadas para a defesa da Amazônia Azul. Como tudo indica que tal situação realmente terá de se concretizar nas próximas décadas, parece acertado, então, o direcionamento de grande parte dos recursos e dos estudos doutrinários.



Figura 1: Capa do documento que trata do PROBANF
Fonte: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

Em relação às modalidades de OpAnf, supõe-se que ocorrerá o uso de todas elas, as quais poderíamos colocar em ordem de probabilidade da seguinte maneira: Projeção Anfíbia, Demonstração Anfíbia, Incursão Anfíbia, Retirada Anfíbia e Assalto Anfíbio (AssAnf). A despeito disso, o preparo deve levar em conta a de maior dificuldade de execução e impacto para a Força, isto é, o AssAnf, pois se houver meios preparados e integrados para a execução eficaz do mesmo, será fácil estar preparado também para executar as outras modalidades.

Conclusão

Podemos afirmar que a escolha das OpAnf como Eixo Estruturante do CFN foi fundamental para a sua manutenção e para o seu desenvolvimento no âmbito da MB. Além disso, a OpAnf garantirá a existência da Força Anfíbia cumprindo sua vocação, direcionada para as futuras hipóteses de emprego e mantida como Força específica da nação voltada para projetar poder sobre terra.

Cabe ressaltar que, da mesma maneira, os artigos desta revista sobre os outros dois Eixos Estruturantes também mostram que a GM e os GptOpFuzNav devem ser o foco do CFN. Entretanto, a expertise

na execução das Operações Anfíbias, o modelo de combinar meios de combate, de apoio ao combate e de apoio de serviços ao combate através dos Grupamentos e do seu emprego segundo os preceitos da Guerra de Manobra devem ser aplicados de maneira que eles se complementem mutuamente. Essa sinergia, se conseguida, será o portão de acesso do CFN à modernidade da guerra anfíbia e ao posto de Força Expedicionária Brasileira por excelência.

Referências

BRASIL. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-O-1: Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2013.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012.

CANTÍDIO, Luiz C. S. O Combatente Anfíbio: análise do caso brasileiro. **Revista Combatente Anfíbio**, Rio de Janeiro, 1992.

KRULAK, Victor H. **First to Fight**. Annapolis: Naval Institute Press, 1999.

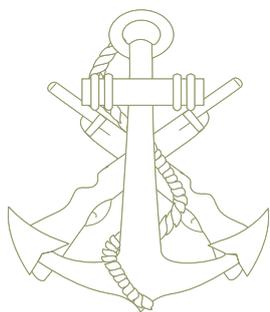
LAGE, Rogério R. Projeção Anfíbia. **Âncoras e Fuzis**. Rio de Janeiro, ano X, n. 42, p. 13-16, 2011.

MELLO, Luis M. C. Possíveis cenários para o emprego de Forças Anfíbias no século XXI. **Âncoras e Fuzis**. Rio de Janeiro, ano X, n. 42, p. 16-18, 2011.

MONTEIRO, Alvaro A. D. A Próxima Singradura. **O Anfíbio**. Rio de Janeiro, ano XXIX, p. 04 a 65, 2010. Edição extra.

PENHA, Osmar C. Operações Anfíbias: para nós, Fuzileiros Navais, uma questão de identidade. **Âncoras e Fuzis**. Rio de Janeiro, ano X, n. 42, p. 11-13, 2011.

RODRIGUES, José Emílio O. O Legado das Operações Anfíbias. **Âncoras e Fuzis**. Rio de Janeiro, ano X, n. 42, p. 07-11, 2011.



CT (FN) Daniel Marques Rubin
rubin@ciasc.mar.mil.br

Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais: flexibilidade e integração entre os seus componentes

Introdução

O manual *CGCFN-O-1: Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais*, em sua mais recente edição (2013), prevê três eixos estruturantes, interdependentes e complementares, que são: Guerra de Manobra, Operação Anfíbia e Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). Tais eixos direcionam o desenvolvimento da doutrina, material e recursos humanos, balizando, dessa forma, o preparo e o emprego do CFN.

O presente artigo pretende destacar o GptOpFuzNav como um desses eixos estruturantes, detalhando duas características fundamentais desse tipo de organização: a flexibilidade e a integração entre os seus componentes. Tais características, que traduzem por si só a essência do GptOpFuzNav, devem orientar a aquisição e a manutenção do material, a formação e o aperfeiçoamento do pessoal e o desenvolvimento doutrinário responsável por interligar pessoal e material.

Desenvolvimento

O GptOpFuzNav é uma forma de organização para o emprego de tropa de Fuzileiros Navais, constituída para o cumprimento de missão específica e estruturada segundo o conceito organizacional de componentes, que agrupa os elementos constitutivos, de acordo com a natureza de suas atividades. (BRASIL, 2013)

O conceito de GptOpFuzNav adotado pelo CFN revela duas características marcantes dessa forma de organização de tropa: flexibilidade e integração.

FLEXIBILIDADE: Considerando que o GptOpFuzNav é uma organização constituída para o cumprimento de uma missão específica, podemos deduzir que, para cada missão, a tropa, incluindo os seus meios, é organizada de forma específica, de acordo com os efetivos, material, composição e distribuição que se planejam ser necessários para o seu cumprimento. Tal flexibilidade permite alcançar o balanceamento apropriado de forças entre os componentes do GptOpFuzNav e, até mesmo, a criação ou supressão de algum destes.

Além disso, a organização de tropas em GptOpFuzNav é válida para qualquer ambiente ou nível de violência do conflito. Por exemplo, se determinada missão dá ênfase em ações de combate em ambiente hostil, a força será organizada com preponderância em meios de combate. Já em situação de ajuda humanitária, em um ambiente permissível, é comum ser dada maior ênfase às atividades logísticas e, dessa forma, a força deve ser organizada com preponderância de tropas e meios especializados em logística.

O *CGCFN-O-1* destaca que o conceito organizacional de GptOpFuzNav deve ser considerado complementar aos procedimentos previstos pelo Processo de Planejamento Militar (PPM), não resultando em perda de flexibilidade de escolha da melhor estrutura para o cumprimento das tarefas recebidas.

Em outras palavras, isso significa que, na organização para o emprego de tropa de Fuzileiros Navais, a flexibilidade é tão relevante que, dependendo da situação, se a autoridade que determina o emprego da tropa julgar que o vulto, a complexidade ou a ênfase das tarefas a serem executadas não justificam a reunião de elementos constitutivos sob um mesmo comando, o GptOpFuzNav pode não ser ativado e a tropa de Fu-